

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 25/2022, em que é recorrente **Edmilson Vaz**, e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Barlavento**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 9/2023

*(Autos de Amparo 25/2022, Edmilson Vaz v TRB, Inadmissão por interposição intempestiva do recurso)*

### I. Relatório

1. O Senhor Edmilson Vaz, não se conformando com decisões proferidas no âmbito do Processo Comum Ordinário n.º 121/18-19, cujo desfecho foi a sua condenação a uma pena única de treze anos de prisão e ao pagamento de indemnização, de mão própria trouxe a este Tribunal Constitucional requerimento de amparo, alegando, no essencial, que:

#### 1.1. Do ponto de vista fáctico,

1.1.1. Tendo sido julgado e condenado a pena de prisão de vinte e dois anos pelo tribunal de primeira instância do Sal, interpôs recurso junto ao Tribunal da Relação de Barlavento, mas, depois, terá constatado que os fundamentos apresentados pelo seu advogado não eram completamente do seu agrado. Ele e o novo advogado que contratou não tiveram tempo suficiente para preparar uma defesa adequada. Ainda assim, os juízes do TRB deram provimento parcial ao recurso, reduzindo a pena aplicada para treze anos de prisão.

1.1.2. Mantendo a sua inconformação, interpôs recurso dessa decisão para o Supremo Tribunal de Justiça. Não tendo ele conhecimento sobre o modo de

funcionamento da Justiça, não recebeu qualquer notificação de decisão proferida por esse tribunal superior;

1.1.3. Isso, num contexto em que “tal injustiça afetou de forma grave” a sua vida, privando-o do seu direito à liberdade e de uma “justiça justa”.

1.2. Na sua avaliação,

1.2.1. As condutas praticadas pela primeira instância e pelo TRB violam certos direitos fundamentais de sua titularidade, respetivamente por aquele ter dado por provados “factos inapropriados e dando crédito [...] nas audiências (...)” “[às] ofendidas e [à]s testemunhas”, que seriam contrários às evidências. As testemunhas nunca chegaram a dizer que o viram a praticar o “crime de abuso sexual, exploração sexual e violação sexual com penetração”. Neste sentido, entende que não se levou em consideração “as contradições” resultantes das declarações das ofendidas e das testemunhas, atuando-se de forma injusta. Destarte, julga que os factos que fundamentaram a sua condenação não estão suficientemente provados, tendo, outrossim, ficado demonstrada “uma irregularidade consistente no facto de não haver uma exata correspondência entre o que consta das declarações gravadas em audiência de julgamento”. Entende, por fim, que “os processos devem ser investigados de modo a apurar a responsabilidade criminal do verdadeiro autor”;

1.2.2. E pelo órgão de recurso, na sua dicção, ter violado o seu direito de defesa por ter “pronunciado e decidido de forma vencid[a] sobre questões no acórdão”.

1.3. Termina o seu arrazoado rogando a esta Corte que seja admitido o seu recurso de amparo e que se faça justiça porque terão sido violados os seus direitos constitucionais de liberdade, contraditório, ampla defesa, recurso e de presunção de inocência.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito por sua Excelência, o Senhor Procurador-Geral Adjunto, ofereceu argumentação no sentido de que:

2.1. Apesar de o recorrente manifestar a sua inconformação em relação a decisões tomadas ao longo da tramitação do processo-crime, não anexa aos autos ou sequer menciona que ato é que pretenderia “ver sindicado”, o que é imprescindível para se aferir “da existência ou não dos pressupostos de admissibilidade preconizados nos termos do artigo 3º e bem assim a tempestividade do recurso, (...)”. Assim sendo, não se conseguiria “divisar – porque o recorrente não indica – a entidade que praticou o ato, os factos que viol[aram] os seus direitos e garantias e quais os direitos violados” não sendo igualmente “possível descortinar quando é que foi proferida a decisão ou quando ocorreu a notificação”; “tão pouco se invocou no processo de forma expressa e formalmente a violação dos alegados direitos, liberdades e garantia[s] requerendo a sua reparação, sem, contudo, obter a reparação pretendida”;

2.2. Além disso, sendo pretensão do recorrente obter a alteração da sentença ou do acórdão com o desencadeamento de investigações destinadas a apurar a responsabilidade criminal de outras pessoas, isso conduziria à apreciação de “questões outras que nada têm a ver com a temática dos direitos, liberdades e garantias”, em contravenção com a natureza do amparo que é configurado estritamente para essa finalidade, não sendo este o caso.

2.3. Conclui, emitindo o entendimento de que “o recurso de amparo constitucional interposto não cumpre com os requisitos exigidos na Lei de Amparo, devendo ser liminarmente rejeitado, ao abrigo do disposto no artigo 16.º da mesma lei”

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de janeiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue, acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão nº 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de

proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão nº 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão nº 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional*

*efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que deve haver do ponto de vista da articulação da petição de amparo o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam e violações de um conjunto diversificado de direitos e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a

inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ele próprio eventuais deficiências, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, o recorrente não apresentou a sua peça diretamente na secretaria do Tribunal Constitucional, mas estando ele privado da sua liberdade em estabelecimento prisional, considera-se que a via encontrada de o protocolar junto à Cadeia Regional é idónea para quem peticiona em amparo sem estar representado por advogado, não devendo, pelos motivos relacionados à informalidade do mecanismo, partir-se de um entendimento estrito e inflexível da norma legal nesta fase. Fê-lo indicando que se trata de “requerimento de amparo”, expressão que fez constar da primeira folha do seu articulado, o que é suficiente.

É verdade que, além disso, a peça se afasta da forma prevista pela lei no concernente à inclusão de um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Porém, sendo inteligível a exposição dos factos e podendo-se reconstruir as questões de direito subjacentes não seria por essa razão que o amparo não poderia ser admitido ou que se determinaria o seu aperfeiçoamento.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no

outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.3.6. Vem esta observação a propósito da constatação evidente de que se está perante uma petição manuscrita não assinada por mandatário, ou seja, sem patrocínio judiciário, o que, conforme já havia sido decidido por este Tribunal, através do *Acórdão n.º 18/2019, de 11 de abril, Paulo Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, p. 835-838, 3, não constitui um problema, posto que nos termos da lei não é obrigatória a constituição de advogado, embora seja altamente recomendável que assim se proceda para que possa contar com uma representação especializada, sobretudo se for garantida por advogado experimentado em questões constitucionais. Nomeadamente porque, apesar de o processo de amparo se basear no princípio da informalidade, a identificação da tríade composta por conduta atribuível a poder público/direito violado/remédio constitucional, já mencionada, pode ser extremamente complexa em vários processos, sendo, ademais, de difícil apreensão e retenção por olhares não profissionais o acervo jurisprudencial que, na maior parte dos casos, determina as decisões de admissibilidade desta Corte.

2.4. Feitas estas considerações, pode-se, no limite, considerar que o Tribunal – considerando que a peça vem assinada pelo próprio recorrente e podendo os juízes-conselheiros oferecer algum suprimento limitado – está na posse dos elementos mínimos destinados a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. As condutas consubstanciadas:

3.1.1. Numa omissão de atuação do mandatário do recorrente;

3.1.2. Numa omissão de notificação de acórdão atribuível ao STJ;

3.1.3. Em atos do tribunal de primeira instância do Sal e do TRB no sentido de se ter, respetivamente, procedido a uma apreciação incorreta das provas produzidas, não se atendendo às contradições e insuficiências de que padeceriam, e confirmado essa determinação;

3.1.4. E pelo órgão de recurso suprarreferido por, na sua dicção, ter violado o seu direito de defesa por ter “pronunciado e decidido de forma vencid[a] sobre questões no acórdão”.

3.2. Violaram os seus direitos à liberdade, ao contraditório, à ampla defesa, ao recurso e à presunção de inocência;

3.3. Daí se justificando que o Tribunal faça justiça.

4. Mas, antes, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se roga titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pelas condutas impugnadas, encontrando-se privada da sua liberdade em estabelecimento penitenciário, possui legitimidade processual ativa. O mesmo já não é tão líquido do ponto de vista da legitimidade passiva, dependendo da entidade que o recorrente pretender imputar as condutas lesivas dos direitos na qualidade de entidade produtora do ato ou de omissão alegadamente vulneradora de posições

jurídicas de titularidade do recorrente (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.2.1. Porque se, em abstrato, é possível atribuí-las aos tribunais judiciais que alegadamente intervieram no processo-crime do qual era arguido,

4.2.2. Se o seu objetivo é dirigir reparo ao seu advogado a quem incumbiu de recorrer e este não o fez, esta é uma via manifestamente inidónea, posto que tanto a Constituição da República, como a Lei de Processo Constitucional são cristalinas neste particular ao mencionarem, respetivamente, “os atos e omissões dos poderes públicos” e à “prática ou omissão de atos ou de factos (...) praticados por qualquer órgão dos poderes públicos do Estado, das autarquias locais e dos demais entes públicos de carácter territorial ou institucional, bem como os seus pelos seus titulares, funcionários ou agentes (...)”, não parecendo abarcar o advogado, que, apesar de ser um servidor da Justiça e do Direito e colaborador indispensável da administração da Justiça nos termos do artigo 229, parágrafo primeiro, da Lei Fundamental, não é um poder público, um órgão do Estado ou seu titular, agente ou funcionário, nem tampouco entidade que, de alguma forma, atue munido dos poderes soberanos subjacentes àquele conceito.

4.2.3. De resto, em relação ao Supremo Tribunal de Justiça dificilmente se lhe pode considerar como uma entidade prolatora da conduta omissiva, posto que compulsados os autos, verifica-se que, contrariamente ao que se afirma na petição inicial, no caso em apreço, não existe qualquer documento que possa comprovar que efetivamente foi interposto recurso para esse Alto Pretório, nem pela mão do recorrente, nem pela do seu mandatário. Pelo que, concluindo-se pela inexistência do referido recurso, nunca se poderia atribuir ao Supremo Tribunal de Justiça a omissão de pronúncia que daria lugar à admissão do presente recurso de amparo, escusando-se o Tribunal de a considerar para os efeitos subsequentes.

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que recusa reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do

Tribunal Constitucional, com suspensão aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, se o recorrente pretende impugnar o Acórdão TRB n.º 75/2019/2020, de 07 de janeiro de 2020, o único que consta dos autos, não é possível considerar que o recurso de amparo foi interposto dentro do prazo previsto no artigo 5º da Lei do Amparo. É que, de acordo com os documentos que se encontram a fls. 448 e 449 do volume II dos autos do processo comum ordinário apensos por linha aos autos do presente recurso de amparo, que deu entrada na secretaria do Tribunal Constitucional a 15 de julho de 2022, tal acórdão foi notificado ao recorrente no dia 22 de janeiro de 2020 e ao seu mandatário, no dia 21 do mesmo mês e ano.

4.3.2. Podendo-se pelas circunstâncias do recorrente reter para efeitos de determinado do *dies a quo* do prazo a data em que protocolou a sua peça junto à secretaria da Direção da Cadeia Regional do Sal, tendo isso ocorrido no dia 26 de abril de 2022, está, e muito, distante do prazo limite que tinha para colocar a questão.

4.3.3. Tendo por base a data de notificação ao recorrente do acórdão do Tribunal da Relação de Barlavento, no caso *sub judice*, o prazo para a interposição do recurso de amparo terminaria no dia 19 de fevereiro de 2020. O que significa que, o requerimento do recorrente, foi submetido ao Tribunal Constitucional, quando já se extinguiu, há muito tempo, o prazo para a interposição do recurso.

4.3.4. Nestes termos, considera-se intempestivo o recurso de amparo interposto pelo recorrente, atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o preceituado no n.º 2 do artigo 137 do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

4.3.5. A prática deste Tribunal tem considerado que a ausência de um pressuposto insuprível como a tempestividade da colocação do recurso ou qualquer outro é determinante para a sua não admissão. Termos em que, sem que seja necessário verificar a presença dos demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque não foi apresentado no prazo legal, em violação ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

### III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 10 de fevereiro de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

#### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 10 de fevereiro de 2023

O Secretário,

*João Borges*